

DE 1989 EM DIANTE: características e transformações da área através da análise dos anais da Compolitica¹

FROM 1989 ONWARDS: characteristics and transformations of the field through the analysis of Compolitica's annals

Rafael Cardoso Sampaio²

Tiago Borges³

Pedro de Souza Lima Brodbeck⁴

Djiovanni Jonas França Marioto⁵

Cristiane Sinimbu Sanchez⁶

Resumo: O ano de 1989 é considerado como o marco para o interesse acadêmico mais sistemático por temáticas da comunicação e política. Em 2006, como ação para a consolidação desse campo de pesquisa, é formada a Compolitica. Baseados em diversas revisões de literatura ao longo dessas três décadas, fizemos uma análise de conteúdo nos papers empíricos de todas as edições da Compolitica de 2006 a 2021 (n= 650), buscando tanto elencar características do campo quanto verificar as possíveis modificações longitudinais. Apesar de se tratar de uma pesquisa ainda exploratória, nossos dados indicam melhoras ao longo do tempo em praticamente todas variáveis acerca da qualidade da aplicação metodológica das pesquisas. Entretanto, os dados sobre o tímido crescimento da interdisciplinaridade do campo merecem maior discussão.

Palavras-Chave: Comunicação e Política. Internet e Política. Cientometria.

Abstract: The year 1989 is considered the landmark for more systematic academic interest in communication and politics. In 2006, as an action to consolidate this field of research, Compolitica was formed. Based on various literature reviews over these three decades, we conducted a content analysis of empirical papers from all editions of Compolitica from 2006 to 2021 (n=650), aiming to list characteristics of the field and verify possible longitudinal modifications. Although this is still exploratory research, our data indicate improvements over time in almost all variables regarding the quality of methodological application of research. However, data on the timid growth of the field's interdisciplinarity deserve further discussion.

Keywords: Political Communication. Internet and Politics. Scientometrics.

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho: Governo e Parlamento Digital da 10ª Edição do Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (10ª COMPOLÍTICA), realizado na Universidade Federal do Ceará (UFC), 09 a 10 de maio de 2023.

² Professor de Ciência Política da Universidade Federal do Paraná (UFPR). : cardososampaio@gmail.com..

³ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPR. tpfbsilva@gmail.com

⁴ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFPR. pbrodbeck@gmail.com

⁵ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPR.

djiovannimarioto@gmail.com

⁶ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFPR.: cristiane.sinimbu@ufpr.br

Introdução

O ano de 1989 é considerado o marco fundamental para a pesquisa sobre comunicação e política. Naquele momento, o impulso inicial esteve fortemente ligado ao uso da TV no horário gratuito político eleitoral, um formato bastante característico do Brasil, no qual os partidos e as campanhas tinham tempo livre em TVs e rádios para expor suas ideias diretamente aos eleitores.

Desde então, nestas mais de três décadas, tivemos mudanças significativas no campo político e ainda maiores na ecologia midiática. Na seara política, tivemos dois impeachments, protestos massivos de rua, formas de ativismo presencial e online, duas ou mais tentativas de golpe de estado, a ascensão da extrema direita, dentre tantos outros fatos. Já no campo comunicacional, vimos uma verdadeira revolução nas formas de comunicação com o advento, consolidação e uso ubíquo da internet, de tecnologias móveis, como celulares, das redes sociais digitais e outras plataformas digitais, entre outras centenas de avanços tecnológicos na área.

Ao longo desses anos e de tais mudanças, o campo de pesquisa comunicação e política foi gradativamente se consolidando. Apesar da importância fundamental da criação de grupos de trabalho nas principais associações científicas de Comunicação (Compós), Ciência Política (ABCP) e Ciências Sociais (Anpocs), é inegável que um ponto central para essa consolidação foi a criação de uma associação científica exclusivamente dedicada à temática.

A Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política – Compolítica – foi criada em dezembro de 2006, com o intuito de promover e fomentar a especialidade da Comunicação Política, advinda inicialmente da intersecção entre a Comunicação Social, Ciência Política e áreas correlatas. Visando fomentar o intercâmbio de conhecimento entre os pesquisadores associados e do campo, foram idealizados os congressos da Compolítica, iniciando a partir de seu ano de fundação, se repetindo no ano seguinte e se tornando bianual a partir deste ano, até sua mais recente edição de 2023, a 10ª edição do evento.

Objetando certas avaliações críticas sobre a área (Albuquerque, 2018; Marques, Miola, 2018), e dialogando com recentes esforços de efetiva avaliação sistemática do campo (Barros, Silva, 2018; França et al, 2018; Sarmiento, Massuchin, Mendonça, 2020), a pesquisa em tela objetiva a verificação da distribuição quantitativa e qualitativa da produção científica da área de comunicação e política brasileira, por meio de papers empíricos publicados ao longo das nove edições dos encontros da Compolítica: 2006-2021, o que nos garante uma análise longitudinal completa da produção acadêmica (n=650). Com isso, propõe-se não só uma investigação e um

mapeamento das especificidades temporais e áreas de produção como também uma análise dos principais objetos de estudos e abordagens empíricas da produção acerca do campo da comunicação e política.

A análise dos papers apresentados é feita com base na Análise de Conteúdo (AC) (Sampaio, Lycarião, 2021) e na cientometria (Bufrem, Prates, 2005). Guiando a AC, utilizamos um livro de códigos com 39 variáveis, entre elas variáveis que caracterizam os trabalhos (ano de apresentação, grupo de trabalho, título, resumo e palavras-chave), que descrevem os autores (nome, sexo, instituição e área de atuação dos autores) e que desenham as escolhas metodológicas de cada trabalho, como objeto de pesquisa, tipo de método utilizado e técnicas de coleta e análise de dados. Aqui, serão apresentados os resultados iniciais da pesquisa.

O campo da Comunicação e Política

Antonio Rubim e Fernando Azevedo (1998), um especialista em comunicação e um cientista político, apresentam o primeiro esforço teórico para organizar a ideia de um campo de pesquisa sobre comunicação e política. Os autores revisitam esforços isolados das décadas de 70 e 80 sobre comunicação e regimes autoritários, classes dominantes e setores subalternos. Agora, eles são categóricos em destacar que foi a eleição presidencial de 1989 que gerou um boom em pesquisas sobre as conexões entre mídia e política, afinal, tratava-se da primeira eleição direta para presidente em 29 anos.

Naquele momento, os autores denotavam um interesse tardio pelas temáticas da área e uma interlocução ainda tímida entre cientistas sociais e comunicólogos, que, se bem realizada, pode ser “capaz de viabilizar a convergência de abordagens analíticas distintas; permitir a aquisição e uso comum de linguagem, modelos e procedimentos metodológicos que demonstrem afinidades e, finalmente, propiciar o desenvolvimento teórico acerca deste objeto comum” (Rubim, Azevedo, 1998, p. 198). E nesta lógica, sugeriram a discussão de uma agenda de pesquisa que permitisse “reduzir descompassos, ampliar a interlocução interdisciplinar e inaugurar um itinerário mais consistente no sentido de conformar um campo comum de estudos” (Rubim, Azevedo, 1998, p. 198).

Vera França de um ponto de vista mais comunicacional fez algumas reflexões pertinentes acerca da formação deste campo. Como começava a se tornar cada vez mais claro, França (2000) já anunciava que a mediatização da política era uma realidade inquestionável. Em suas palavras, a questão da imbricação comunicação e política é basilar: “suas modificações se refletem mutuamente novas práticas políticas demandam e se realizam através de novas formas comunicativas; novas formas

comunicativas sugerem / estimulam novas práticas e novos usos para a política” (p.8). O problema para a autora era de abordagens que tendiam a separar a forma e o conteúdo e ter uma concepção bastante redutora do processo comunicativo, o que tendia a se manifestar nos estudos de “mídia” e política, “o que supõe uma redução do processo comunicativo ao seu aparato técnico de produção e difusão, e a consequente subsunção dos sujeitos pela tecnologia” (p. 11), ou ainda, uma funcionalização da comunicação.

É notável que a perspectiva apresentada por França coincide com o interesse tardio da Ciência Política em relação aos impactos dos meios de comunicação nas diferentes práticas e instituições políticas. Para Guazina (2007, p. 59), para essa área, questões como opinião pública, comportamento eleitoral/escolhas políticas e cultura política tangenciam a mídia, mas "quando a mídia é mencionada, em geral, é reduzida à função de transmissora, disseminadora, instrumento, fonte, canal de informações sobre a política". De acordo com Mauro Porto (1997), a resistência da Ciência Política estava diretamente ligada à adoção da abordagem das teorias da escolha racional pelos eleitores, o que deixava pouco espaço para discussões mais simbólicas, focadas na emoção, sedução e estetização da política (Barros, Silva, 2017).

Neste momento inicial, as mídias ou eram desconsideradas ou se muito eram apenas variáveis em análises. Conforme Luis Felipe Miguel, naquele momento:

O recorte da “política”, que a ciência política faz, inclui governos, partidos e parlamentos; dependendo das preocupações específicas e das inclinações de cada um, também participam movimentos sociais, militares, elites econômicas ou a igreja. Os meios de comunicação de massa ficam (quase) invariavelmente de fora. Ou então são vistos como meros transmissores dos discursos dos agentes e das informações sobre a realidade, neutros e portanto negligenciáveis (Miguel, 2002, p. 156).

Segundo Vera Chaia (2007), para a ciência política, as preocupações centrais eram compreender a importância das mídias nas eleições, nas campanhas políticas e, em certa medida, o impacto das mídias e dos atores midiáticos no processo de representação política, principalmente considerando sua centralidade nas democracias contemporâneas. Chaia enfatiza a importância de certos fenômenos da comunicação, como a definição da agenda, o enquadramento e a objetividade jornalística, como questões importantes para essa compreensão do impacto da comunicação sobre a política. Mas em sua visão, já em 2007, era possível se afirmar se tratar uma produção de caráter interdisciplinar, “envolvendo a Ciência Política para explicitar as relações de poder e os temas propriamente políticos [...], as Teorias da Comunicação - utilizadas para melhor compreender os mecanismos de atuação dos meios de comunicação” (p. 174).

No entanto, esse cenário parece ter mudado nas últimas décadas. O levantamento realizado por Barros e Silva (2017) considerou os 20 periódicos presentes nos estratos superiores do sistema Qualis para a área de Ciência Política, com o objetivo de compreender as características dos estudos de mídia e política. Apesar da maioria dos autores ter formação em Comunicação (39%), quando consideradas as Ciências Sociais, as presenças de Sociologia (23%), Ciência Política (15%) e Antropologia (11%) foram superiores no total.

Da mesma forma, apesar do tema de mídia e eleições ainda ser o principal na ciência política (23%), outras temáticas já ganharam importância, a exemplo de jornalismo político (11%), mídia e gênero (9%), deliberação e ativismo online (8%), mídia e cidadania (7%), mídia e democracia (6%) e representações midiáticas (5%). Assim, como a literatura verificou diferentes meios de comunicação, com destaque para mídia impressa (46%), TV (32%) e mídias digitais (15%). Em termos metodológicos, os métodos qualitativos são amplamente utilizados (68%), em comparação com os métodos mistos (30%) e quantitativos (1%). Os autores ainda destacam o uso excessivo de estudos de caso (51%), análise de conteúdo (17%) e pesquisa bibliográfica (15%).

França e equipe (2018), por sua vez, avaliaram as referências bibliográficas presentes nos apresentados no GT de Comunicação e Política da Compós entre 2006 a 2015 (n=99). As autoras concluem que tanto autores da comunicação como da política (ciência política e filosofia política) são acionados ao nível nacional (como Wilson Gomes, Luis Felipe Miguel, Rousiley Maia, Mauro Pereira Porto, Venício Artur de Lima) e internacional (destaque para Jürgen Habermas, Pierre Bourdieu, Pippa Norris, Daniel Hallin e Iris Young).

Embora não tenham realizado uma efetiva revisão da literatura, Marques e Miola (2018) apresentam a avaliação mais crítica do campo de comunicação e política. A primeira crítica é sobre as dificuldades teóricas do campo, que começariam com a imprecisão terminológica de termos como "meios de comunicação", "grande mídia" ou "mídia hegemônica", que deixa em segundo plano toda a riqueza de fenômenos, serviços, interesses, mercados, profissionais, deontologias, tecnologias, técnicas e práticas que marcam a comunicação de massa contemporânea [...]” (p. 112). Ademais, conforme Marques e Miola, haveria uma desatualização da literatura, que “em situações diversas, teorias e hipóteses da década de 1970 ainda são apresentadas como se novidade fossem” (p. 112).

Em segundo lugar, para Marques e Miola (2018), a área teria notáveis dificuldades metodológicas, haveria uma falta de avanço heurístico e falhas no processo de montagem e aplicação das estratégias metodológicas. Eles argumentam

que essas limitações levam a conclusões particulares e pouco capazes de avançar o conhecimento na área. Entre as questões apontadas pelos autores, destaca-se a suposta disputa entre pesquisadores que enfatizam métodos quantitativos e outros com abordagem qualitativa. Eles também criticam pesquisas de caráter quantitativo que não apresentam modelos mais refinados, como índices ou tipologias, mas se limitam à contagem de frequências.

De acordo com a avaliação dos autores, as dificuldades teóricas e metodológicas no campo da comunicação e política no Brasil levam a certas consequências. Em primeiro lugar, a questão do hipermediatismo e da generalização das conclusões, muitos estudos verificam apenas uma plataforma de comunicação específica e fazem generalizações sobre determinados fenômenos políticos, como na comunicação eleitoral, na qual "persistem análises orientadas estritamente de acordo com o resultado do pleito" (p. 117). Em segundo lugar, os próprios pesquisadores da comunicação e política no Brasil tenderiam a fazer avaliações de fenômenos com base na defesa de determinada diretriz política, o que pode levar a uma síndrome de perseguição ideológica. Estudos da área poderiam ser usados por partidos para ratificar a visão do mundo compartilhada pela militância dessa organização, dando como exemplo documento do Partido dos Trabalhadores. Logo, defendem, "é necessário discutir se, e em que medida, verifica-se alguma influência ideológico-partidária em análises da área de Comunicação e Política no Brasil" (p. 117).

Diante disso, Marques e Miola (2018) fazem duas sugestões para melhorias, nomeadamente: uma maior articulação com especialidades vizinhas – citando o exemplo da Economia Política da Comunicação e de teorias de imagem e um papel mais ativo das associações científicas e dos periódicos na agenda de pesquisa, que deveriam incentivar debates epistemológicos mais robustos na área. Nesta avaliação, apesar de certos avanços na área, persistem barreiras para um acúmulo consistente em termos metodológicos e uma incapacidade da área de fazer mais inserções em âmbito internacional. Nas palavras dos autores:

O que se está sugerindo é a necessidade de que a literatura pare de andar em círculos. Mesmo cerca de 30 anos depois da redemocratização brasileira, permanece-se com muitas das perguntas de partida originalmente formuladas, perscrutadas por meio de estratégias metodológicas repetitivas, o que dificulta a consolidação da autoridade da disciplina (Marques, Miola, 2018, p. 120).

Por sua vez, na mesma toada, Afonso Albuquerque (2018) faz uma avaliação bastante crítica do campo, tendo o impeachment de Dilma Rousseff como ponto de partida. Para Albuquerque, o processo pode ser visto como um golpe na democracia, que contou fortemente com as instituições que deveriam zelar por sua manutenção, como o judiciário e a imprensa. O autor questiona e responde: "Diante de

transformações tão dramáticas no panorama político, cabe questionar: que contribuições a pesquisa em Comunicação Política no país tem oferecido para dar conta delas? Surpreendentemente, a resposta parece ser: muito pouco ou quase nada” (p. 173). O que para o autor: “ indica a necessidade de uma ampla revisão da agenda da pesquisa no campo da Comunicação Política no Brasil”.

A grosso modo, para o autor, conceitos neoliberais, como accountability e governança, seriam importados pelos pesquisadores brasileiros e fomentados por determinadas instituições, como o Banco Mundial, *National Endowment for Democracy* e a *Freedom House*, e ajudariam a desvincular a importância da vontade popular como fundamento para um governo representativo legítimo. Logo, para Albuquerque, o papel da imprensa e de outros agentes não eleitos ganham crescente protagonismo na vida política, deteriorando a importância de representantes eleitos e das instituições representativas democráticas. Notadamente, Albuquerque critica a “virada cyber”, que seriam estudos sobre a política digital, mas que teriam uma concepção neoliberal de ciberespaço.

Dentre outras coisas, o autor critica as visões excessivamente positivas da literatura (que inclusive barrariam os estudos sobre temáticas e objetos mais conservadores e mesmo da extrema direita), como as jornadas de junho, campanhas online, ativismo de hashtags, memes e afins, que “tomados em seu conjunto eles contribuem para legitimar uma perspectiva reativa sobre a militância política, baseada numa lógica individualista, e que substitui estratégia por efeitos estéticos” (p. 194), que seriam para o autor a evidência da falta de efetividade concreta de tais ações. O mesmo valeria para todos os estudos de e-democracia, porque em sua lógica: “ a ideia de que instituições que desempenharam um papel ativo no golpe de 2016, como o Senado Federal ou a Câmara dos Deputados sejam, em seu braço digital, agentes da ampliação da cidadania e do aperfeiçoamento da qualidade da democracia soa um tanto exótica (Albuquerque, 2018, p. 195).

Voltando aos levantamentos mais sistemáticos da literatura, Sarmento, Massuchin e Mendonça (2021) fazem o mais abrangente levantamento da literatura da ótica da ciência política da ciências sociais, verificando papers publicados nos anais dos congressos da ABCP e da ANPOCS entre 2010 e 2019 (n=341). Em tal levantamento, há mais pesquisadores ligados à Ciência Política (35%) seguidos daqueles da Comunicação (24%), Ciências Sociais (17%) e Sociologia (10%). Os autores ainda denotam que a grande maioria dos trabalhos foram empíricos (78,23%), sendo os objetos de estudo mais frequentes: mídias sociais (20,82%), imprensa escrita (13,88%) e os websites (9,15%).

Por fim, buscando fazer um agrupamento temático mais amplo, os autores denotam as seguintes áreas: “comunicação e ativismos” (20,5%), “jornalismo político” (15,5%), “campanha e propaganda” (13,8%), “governo eletrônico e Estado digital” (11,7%) e comunicação institucional/imagem pública (10,6%). E depois discorrem qualitativamente sobre as características de cada uma dessas temáticas. De forma geral, os autores ressaltam como se trata de uma área claramente interdisciplinar, que acompanha de maneira rápida os fenômenos políticos e sociais mais relevantes da contemporaneidade, lançando mão de diferentes metodologias que podem ser mais ou menos sofisticadas a depender da temática.

A título de exemplo, ao falarem da pesquisa sobre ativismo digital, eles afirmam que as pesquisas são bem diversificadas, usando métodos qualitativos e quantitativos para coleta e análise de dados, e o “uso de softwares para captura/“raspagem” de dados em várias plataformas online, bem como o grande volume de material apresentado em pesquisas específicas, é uma diferença evidente dos últimos anos, dadas as precedentes realizações de coleta manual” (p. 9). Por sua vez, “na agenda das campanhas online, os estudos se deslocam com rapidez, passando por websites, blogs, Wikipedia, Orkut, Twitter, Facebook, chegando mais recentemente ao Instagram e ao WhatsApp” (p. 14).

Ao tratarem de jornalismo político, eles afirmam que a cobertura eleitoral continua como temática central, mas “é possível notar ampliação, complexificação e pulverização dos estudos, tanto considerando as agendas internas quanto a rede de autorias e grupos de pesquisas que passam a se debruçar sobre tais questões” (p. 11). E também “outra discussão-chave que ganha evidência nos estudos sobre jornalismo político é sobre como a imprensa cobre momentos conflituosos da política” (p.11), como o impeachment, o mensalão e outros casos de corrupção. Além disso, as relações de candidatos com a religião, e com as questões de gênero são outras temáticas que ganham importância. Logo:

Se o impulso inicial e a consolidação vieram fortemente da atuação de comunicólogos e de jornalistas que fizeram formação doutoral nas Ciências Sociais, a Ciência Política contemporânea tem se voltado com mais afinco para a dimensão comunicacional da política, dada a sua centralidade em uma série de fenômenos hodiernos (Sarmiento, Massuchin e Mendonça, 2021 p. 2).

De forma similar e complementar, para Maria Helena Weber (2020), no Brasil, o campo da comunicação política está consolidado, sendo “um dos exercícios de interdisciplinaridade melhor sucedidos” (p. 11). Dentre outras vantagens, ela elenca que “aos métodos das ciências políticas e sociais acopla-se a perspectiva cultural da comunicação que permite qualificar as análises sobre o exercício de poderes

dependentes de atos de visibilidade, comunicação e propaganda essenciais às democracias e totalitarismos" (p. 10). Haveria uma troca metodológica e teórica.

Discordando da avaliação de Albuquerque (2018), Weber trata extensivamente sobre a importância de estudos da comunicação e política tanto para regimes democráticos quanto para aqueles autoritários e cita os casos exemplares de estudos de lawfare e fake news. Indo ao encontro do elaborado por França (2002), Weber (2020, p. 11) afirma que o binômio - comunicação e política - trata da impossibilidade de compreender os fenômenos contemporâneos da política e da sociedade isolados da interferência "quando isolados da interferência comunicacional e midiática que detém o poder de mostrar, ampliar, restringir ou anular a visibilidade destes fenômenos". Logo:

Essas dimensões permitem problematizar questões caras às ciências sociais e humanas, como poder, visibilidade, credibilidade e realidade que historicamente assumem diferentes denominações e permitem formular a hipótese de que o impacto dos meios de comunicação e a difusão de mensagens em linguagens e estéticas próprias impulsionaram e impulsionam as pesquisas e o pensamento em torno dos efeitos possíveis sobre o comportamento e as ações da sociedade (Weber, 2020, p. 12).

Em revisão mais recente sobre a literatura de estudos online no Brasil, Albuquerque e colegas (2023) continuam criticando a influência de conceitos de accountability e governança na pesquisa de democracia digital, que tenderia a se focar excessivamente na comunicação ou aspectos digitais de tais instituições, mas raramente na interação desses aspectos digitais com o comportamento de tais instituições políticas. Porém, os autores reconhecem que a pesquisa acadêmica brasileira passou a estudar o uso das plataformas digitais pela extrema direita para disseminar desinformação e discurso do ódio, além de desafios que o processo de plataformação aos modelos de negócio do jornalismo. Em suma:

The first strand of research is a major topic of attention in Brazilian scholarship, at least ever since the parliamentary coup against President Dilma Rousseff in 2016, and became increasingly important in the aftermath of Jair Messias Bolsonaro's election in 2018 (Albuquerque et al, 2023, p.17).

Portanto, observando as reflexões teóricas e empíricas de tais revisões, parece-nos que a maior parte dos questionamentos apontados por Marques e Miola (2018) e Albuquerque (2018) já foram, em grande medida, respondidos. A consolidação do campo é notória, assim como os avanços em termos de objetos, temáticas, conceitos e mesmo metodologias. Concordando com Weber (2020), temos fortes indicações de ser uma das mais profícuas atuações interdisciplinares presentes na área de humanidades na pesquisa brasileira. Em suma, consoante Gomes:

A comunicação política, em particular, e a interface entre a política e os fenômenos, recursos e linguagens da comunicação de massa, em geral, despontam nas últimas décadas como uma área de interesse central para os

pesquisadores de ciências políticas, comunicação, filosofia política e de outras ciências sociais. Pouco a pouco foi se formando uma especialidade interdisciplinar, sobre a qual se acumulam pesquisas empíricas e estudos teóricos em um volume consideravelmente elevado e que vem crescendo em proporções extraordinárias nos últimos anos. (Gomes, 2004, p. 22-23).

Entretanto, por maior que seja o papel da Compolítica nesta trajetória (Aldé et al, 2013; Chaia, 2007; França et al, 2018; Sarmiento et al, 2020; Weber, 2020) e consolidação do campo, surpreendentemente não encontramos revisões de literatura ou mapeamentos bibliográficos baseados em seus anais. Buscando sanar esta lacuna e tendo alguns apontamentos das revisões anteriores, o nosso objetivo é apresentar um pouco do estado da arte e da trajetória das pesquisas apresentadas no congresso ao longo de sua existência.

Métodos

O presente trabalho é resultado de pesquisa realizada pelos discentes e o docente da disciplina "Tópicos especiais em comunicação e política I: metodologias específicas", ofertada no Programa de Pós Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Paraná (PPGCOM - UFPR). O trabalho tem como objetivo a verificação da distribuição quantitativa e qualitativa da produção científica da área de comunicação e política brasileira, por meio de papers empíricos publicados ao longo das nove edições dos Encontros da Compolítica. Para isso, empregamos uma abordagem quantitativa da Análise de Conteúdo (Sampaio, Lycarião, 2021) como apoio para um estudo cientométrico dos trabalhos apresentados e publicados nos Anais dos Encontros da Compolítica. Entendemos a cientometria como o uso de técnicas quantitativas e análise estatística no intuito de aprofundar o entendimento da estrutura, do desenvolvimento e de tendências da ciência (Bufrem, Prates, 2005; Machado, 2007).

Foram coletados os *papers* apresentados nos Encontros de 2006 a 2021. Coletamos os trabalhos de 2006 a 2019 manualmente no website da Compolítica, enquanto aqueles publicados em 2021 foram coletados no website do 9º Encontro da Compolítica. Em seguida, filtramos o material coletado para manter somente os *papers* empíricos. Como diversas de nossas preocupações estavam mais conectadas à evolução das abordagens empíricas. O filtro resultou em 650 trabalhos a serem analisados.

Para guiar a análise de conteúdo dos trabalhos, adaptamos um livro de códigos utilizado em revisões de literatura anteriores (Sampaio et al., 2022)⁷. Optamos por adaptar um livro de códigos já existente e não elaborar um novo, uma vez que, desde

⁷ O livro de códigos, em sua versão atual, pode ser encontrado aqui: <https://bit.ly/40c18Tc>. Acesso 12 abr. 2023.

sua versão original, o livro de códigos contempla variáveis que permitem traçar o perfil de pesquisadores(as), onde eles ou elas estão pesquisando e como conduzem suas pesquisas.

Nesse sentido, para a presente pesquisa utilizamos 39 variáveis para entender a Compolítica ao longo dos anos. Primeiro temos as variáveis de identificação dos trabalhos: ano de apresentação, GT do trabalho, título do artigo, resumo e palavras-chave. Em seguida, identificamos os autores, a instituição à qual estavam filiados quando apresentaram o *paper* e a área de atuação: quantidade de autores, nome, sexo, instituição e área de atuação do primeiro ao terceiro autor. Por fim, temos as variáveis que respondem como as pesquisas são realizadas: pesquisa interdisciplinar, objeto de pesquisa predominante, tipo de método empregado, tipo de técnica de coleta e análise de dados utilizada. Para os artigos que utilizam metodologia quantitativa verificou-se o uso de estatística e que tipo de estatística foi empregado. Já para os trabalhos com abordagem metodológica qualitativa, aferimos a menção a formas de se lidar com a subjetividade dos pesquisadores ou codificadores, menção à alguma forma de validação dos dados e se há algo que indique transparência metodológica. Concluindo o grupo das variáveis metodológicas, também coletamos as referências citadas em cada *paper*.

A análise de conteúdo dos trabalhos foi conduzida após uma série de treinamentos com os codificadores (discentes da disciplina). O treinamento para a codificação é etapa essencial para a AC, sendo nessa etapa quando se verifica se as variáveis e categorias funcionam e se os codificadores estão interpretando variáveis e categorias da mesma forma (ou da forma mais semelhante possível), ou seja, verifica-se a validade interna da pesquisa. Nesse sentido, antes de cada sessão de treinamento eram selecionados aleatoriamente quatro *papers* a serem codificados, sendo que todos os codificadores analisavam os mesmos quatro trabalhos. Durante as sessões, o resultado da codificação era debatido pelos codificadores com o objetivo de se atingir um consenso sobre a forma de interpretação das variáveis. A codificação oficial da AC, cujo os resultados serão descritos a seguir, começou após considerarmos que os codificadores estavam codificando da forma mais semelhante possível.

Resultados

Ao todo, foram analisados 650 artigos empíricos publicados nos anais de nove edições de eventos da Compolítica entre 2006 e 2021⁸. Os dados apontam um aumento no número de trabalhos publicados (Gráfico 1), seguindo a tendência de crescimento dos eventos ao longo dos anos. Apesar de alguns picos anteriores, como em 2007 e em 2009, há uma elevação gradual na quantidade de artigos empíricos.

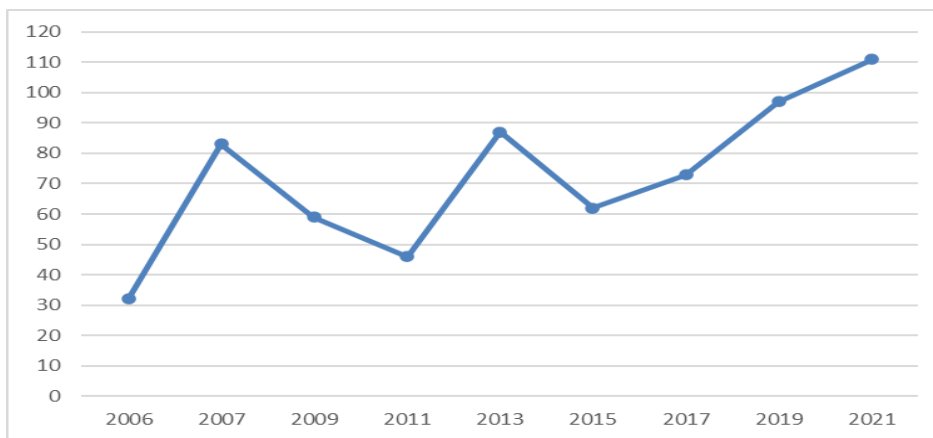
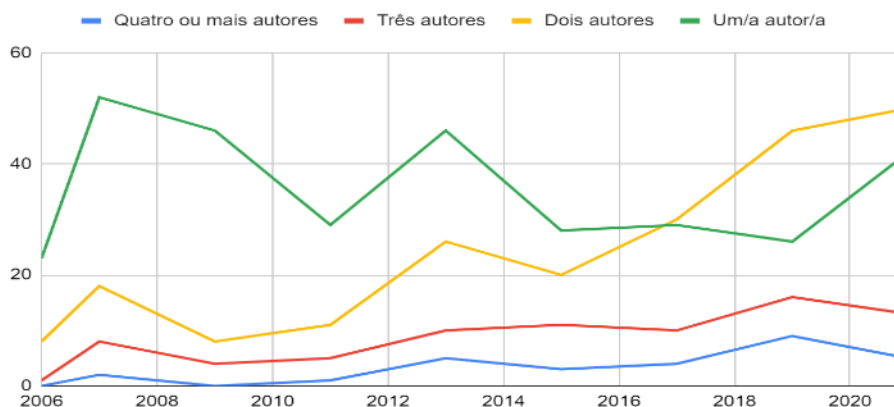


GRÁFICO 1: Volume de artigos publicados por ano. FONTE: Os Autores (2023)

Em relação aos autores dos trabalhos, praticamente metade dos *papers* (49,8%) foram apresentados por um(a) autor(a) apenas, 33,6% foram elaborados por dois autores e o restante (16,6%) foi produzido por três ou mais autores. Na observação longitudinal destes dados, é possível verificar um crescimento gradual no número de parcerias, com um aumento proporcional de trabalhos apresentados por mais de uma pessoa, sendo que de 2017 em diante há mais trabalhos elaborados por dois autores do que com autoria única.

Quantidade de autores/as nas publicações



⁸ Como se trata de um trabalho ainda em desenvolvimento, decidimos ainda não tornar disponível o banco de dados, o que será feito após a versão final ser publicada em periódico científico. Caso haja interesse, entre em contato com os autores por e-mail.

GRÁFICO 2: Quantidade autores(as) por artigo. FONTE: Os Autores (2023)

No que diz respeito ao gênero dos autores e autoras, 53,9% das primeiras autoras dos trabalhos são mulheres e 46,1% dos primeiros autores são homens. 30,2% dos *papers* têm uma segunda autora mulher e 19,4% têm um segundo autor homem. E ao observar esses dados longitudinalmente percebeu-se uma certa predominância feminina na distribuição dos gêneros dos primeiros autores, tendo uma maioria masculina apenas no evento de 2013, com seu ápice em 2021 com 63 primeiras autoras.

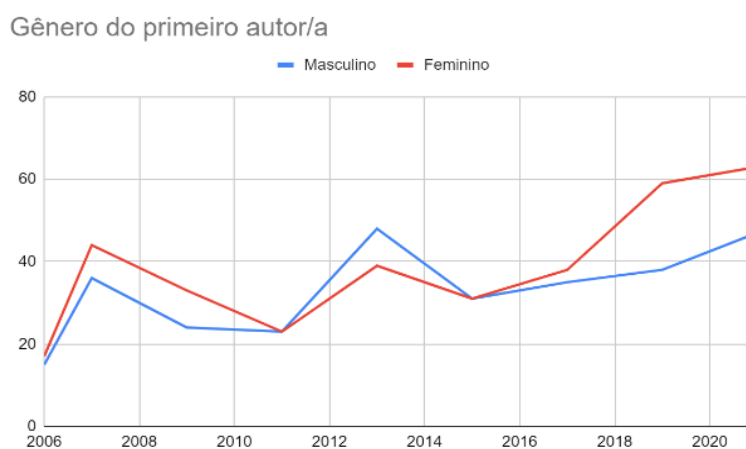


GRÁFICO 3: Gênero do primeiro autor. FONTE: Os Autores (2023)

Os dados iniciais relacionados à primeira autoria dos artigos apontam que a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a Universidade Federal do Paraná (UFPR) e a Universidade Federal da Bahia (UFBA) são as três instituições com maior produção de trabalhos empíricos apresentados nos eventos da Compolítica entre 2006 e 2021, com, respectivamente, 10,3%, 10% e 8,2% do *corpus*. Na sequência, Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Universidade Federal Fluminense (UFF) figuram como instituições cujas primeiras autorias correspondem entre 5% e 5,7% dos trabalhos. Ao todo, primeiros autores de 111 instituições tiveram seus *papers* publicados nos anais de eventos da Compolítica.

Os dados também apontam que a significativa maioria dos primeiros autores são da área da Comunicação (61,1%). As áreas da Ciência Política e das Ciências Sociais, com 19,1% e 8% dos trabalhos, respectivamente, figuram na segunda e terceira posição. Em uma análise longitudinal dos dados referentes às áreas dos primeiros autores, nota-se que há um aumento consistente no volume de trabalhos de autores da área de Comunicação a partir de 2015, enquanto no mesmo período há uma relativa manutenção nas proporções de *papers* de autores de outras áreas.

Área de atuação do primeiro autor/a

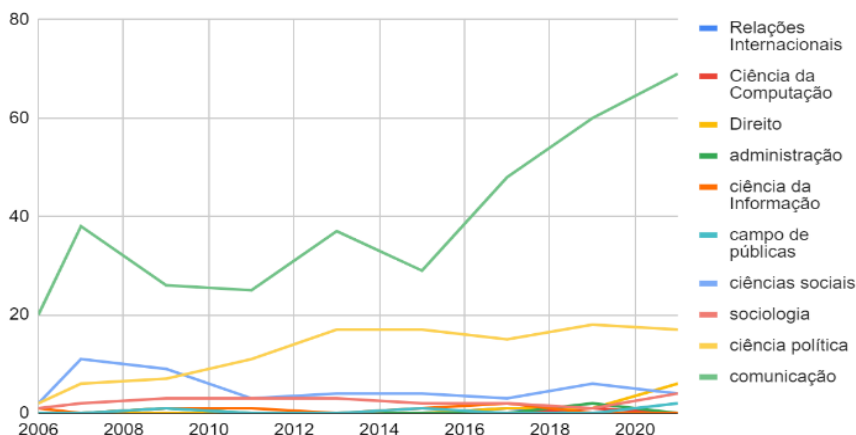


GRÁFICO 3: Quantidade de artigos publicados por área do primeiro autor. FONTE: Os Autores (2023)

Levando em conta as áreas dos demais autores de cada trabalho, 14,1% dos trabalhos são interdisciplinares, ou seja, apresentam autores(as) de duas ou mais áreas. Por outro lado, 85,9% dos artigos são de autoria única ou de dois ou mais autores(as) da mesma área.

Quanto aos objetos analisados pelos artigos, 27,2% deles têm como objeto político/social as campanhas eleitorais. Em seguida, o fenômeno político ou social de estudo predominante mais frequente entre os trabalhos trata de esfera pública, conversações políticas, comentários e deliberação, representando 16,5% de todo o *corpus*.

Na análise longitudinal dos objetos políticos ou sociais dos trabalhos, observa-se um pico no número de *papers* que analisaram campanhas eleitorais no evento da Compolítica de 2019, quando 38 dos 97 trabalhos tinham este objeto, resultado do impacto das eleições de 2018 nas pesquisas da área. No evento de 2021, os dados mostram que o número de trabalhos que abordam campanhas eleitorais volta ao mesmo patamar de 2013 a 2017, assim como também apontam uma oscilação positiva significativa nos trabalhos que analisaram esfera pública, conversações políticas e comentários e também nos *papers* que analisaram o Executivo.

Objeto político/social predominante ao longo dos anos

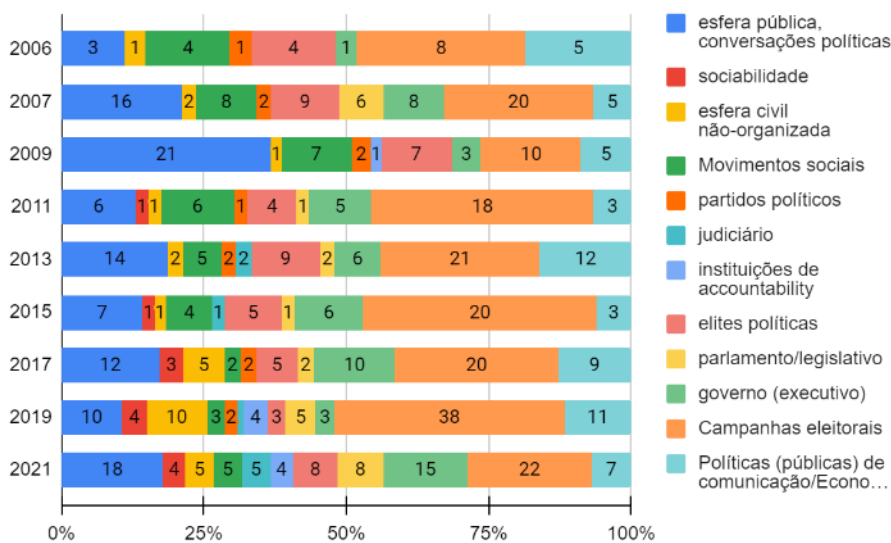


GRÁFICO 4: Quantidade de artigos publicados por objeto político/social. FONTE: Os Autores (2023)

Em relação aos objetos comunicacionais analisados pelos artigos empíricos apresentados nos congressos da Compolítica, as mídias sociais foram os objetos mais estudados pelos pesquisadores, representando 18,9% dos 650 trabalhos, acompanhado de perto pelo jornalismo impresso, cujos *papers* representam 16,8% do *corpus*. Televisão, mídia em geral e websites aparecem na sequência como objetos comunicacionais mais estudados.

A prevalência de trabalhos que analisam mídias sociais se dá a partir de 2015, quando há um crescimento expressivo nas pesquisas que tratam deste objeto comunicacional, com pico em 2019, quando 38,1% dos artigos analisaram plataformas de redes sociais. Antes disso, de 2006 a 2013, os objetos mais frequentes nas pesquisas apresentadas nos eventos da Compolítica analisavam fenômenos relacionados a jornalismo impresso e televisão, nesta ordem.

Objeto comunicacional predominante ao longo dos anos

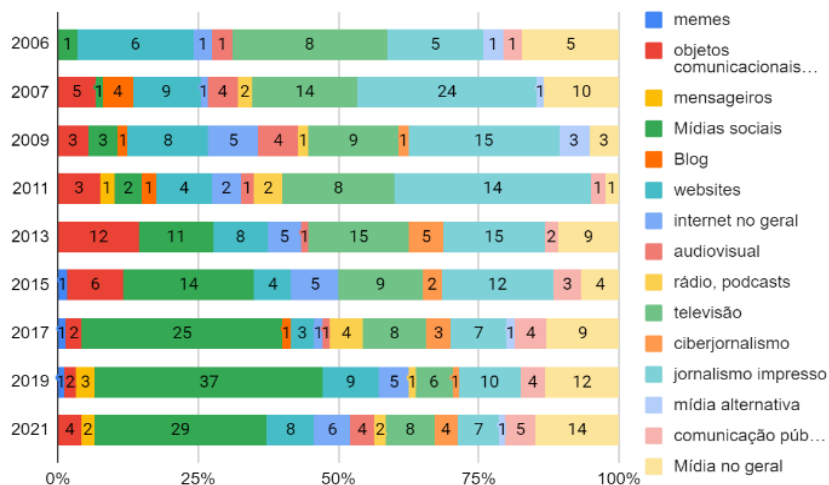


GRÁFICO 5: Quantidade de artigos por objeto comunicacional. FONTE: Os Autores (2023)

A técnica de análise mais frequente dos artigos é a análise de conteúdo, presente em 38% dos trabalhos. Em relação ao instrumento de análise, 15% dos *papers* não especificam de que forma procederam. A maioria dos trabalhos se utilizam de coleta manual dos dados analisados (56,6%) e 13% dos artigos não especificam como foi realizada esta coleta. Por outro lado, a utilização de *softwares* para raspagem de dados ou de APIs é apontada em 8% dos *papers* - procedimento que mostrou um aumento na sua frequência a partir de 2017.

Instrumento de coleta de dados ao longo dos anos

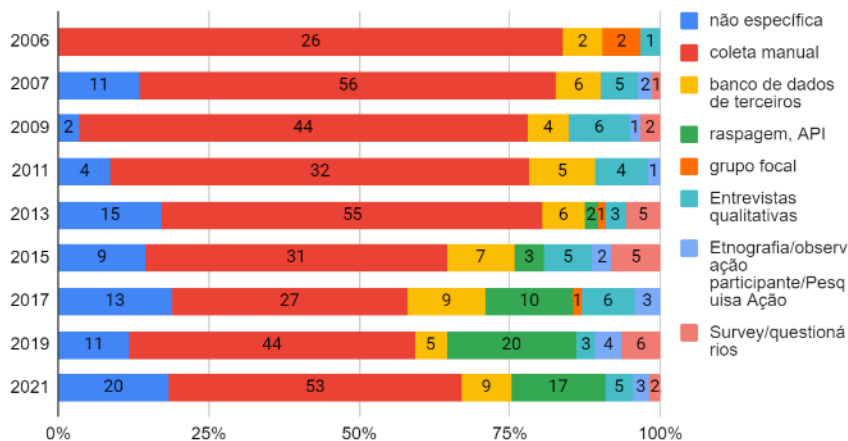


GRÁFICO 6: Quantidade de artigos por instrumento de coleta de dados. FONTE: Os Autores (2023)

De todos os 650 artigos analisados, 51,7% contém uma seção metodológica descrevendo os critérios e procedimentos adotados das análises realizadas. Até 2011,

no entanto, a maioria dos trabalhos não continha uma seção dedicada à metodologia empregada, conforme aponta a observação dos artigos no decorrer dos anos.

O artigo apresenta uma seção metodológica?

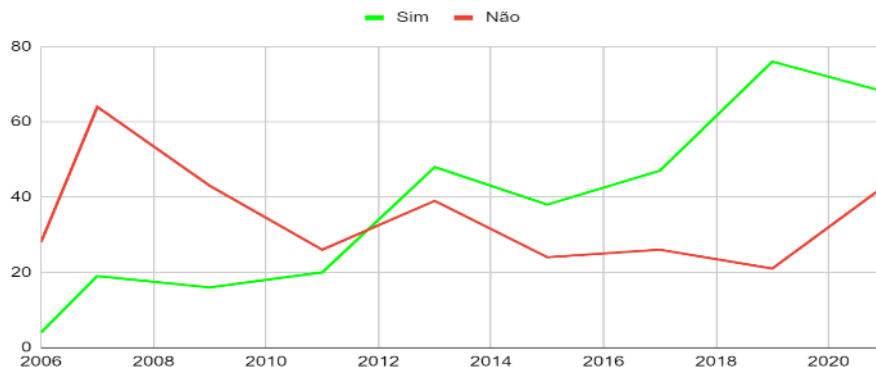


GRÁFICO 7: Quantidade de artigos que apresentam seção metodológica. FONTE: Os Autores (2023)

No que diz respeito aos procedimentos metodológicos, 60% dos artigos apresentados nos eventos fazem análises qualitativas, 29,2% adotaram métodos quantitativos, 9,2% tiveram abordagens quantitativas e qualitativas e 1,5% apresentaram análises bibliográficas. Em relação aos 190 artigos quantitativos analisados, 93,8% aplicou estatísticas, sendo elas em sua maioria frequência simples, e ao observar a distribuição longitudinalmente, em 2021, percebe-se uma queda desse modal e uma leve crescente de trabalho com estatísticas univariadas.

Qual tipo de estatística foi utilizada no artigo?

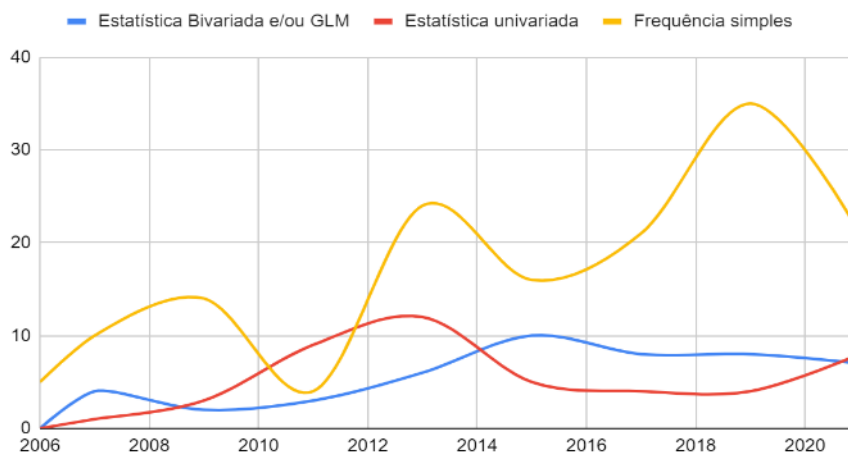


GRÁFICO 8: Tipo de estatística utilizada ao longo dos anos. FONTE: Os Autores (2023)

Em contrapartida, os artigos qualitativos ainda possuem uma carência na transparência do processo de codificação e treinamento dos pesquisadores envolvidos na pesquisa, mesmo que esse número esteja em tendência de alta desde

2019, ainda é ínfimo dentro de todos os artigos qualitativos que utilizam a análise de conteúdo.

O artigo qualitativo apresenta alguma forma de lidar com a subjetividade dos codificadores e/ou da codificação?

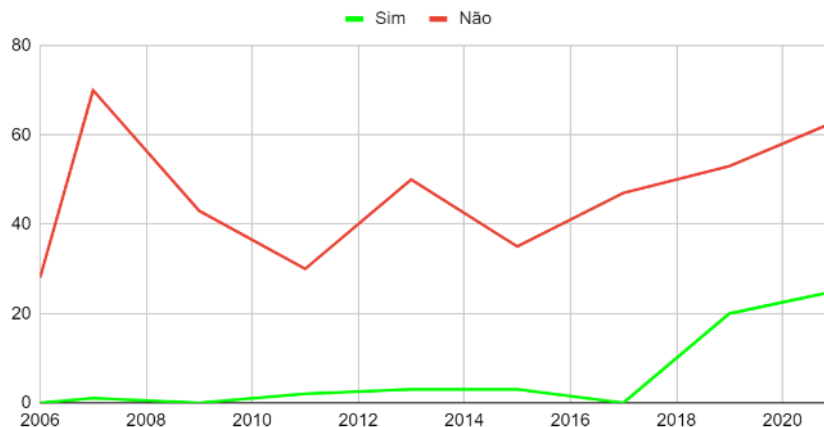


GRÁFICO 9: O artigo qualitativo apresenta o resultado alguma forma de lidar com a subjetividade dos codificadores e/ou da codificação? FONTE: Os Autores (2023)

Discussão

De maneira geral, a análise longitudinal dos dados referentes aos artigos publicados nos eventos da Compólítica mostra um aumento no volume de pesquisas, acompanhado por um crescimento no número de trabalhos feitos por mais de um(a) autor(a), sugerindo uma maior colaboração na área. Isso também se reflete, ainda que em menor proporção, no aumento no número de trabalhos interdisciplinares, com autores(as) de diferentes áreas, convergindo com o que outros trabalhos na área apontaram anteriormente (GOMES, 2004; WEBER, 2020). Esta tendência, no entanto, não impede que exista um aumento destacado no número de autores provenientes da Comunicação que se descola das demais áreas. Ao observar os gêneros dos autores e autoras, observa-se uma predominância feminina considerável, especialmente a partir de 2019, evidenciando uma dissonância em comparação com outras áreas cujas autorias das publicações são predominantemente masculinas, como a Ciência Política como um todo (CAMPOS, 2023) e o campo da Democracia Digital (SAMPAIO et al, 2022).

Em relação aos objetos de pesquisa, nota-se um aumento natural nos trabalhos que se debruçam sobre campanhas eleitorais a cada quatro anos, após as disputas eleitorais para presidente, governadores, senadores e deputados. O crescimento, no entanto, foi ainda mais acentuado após as eleições de 2018, quando muitas pesquisas analisaram fenômenos ligados à eleição de Jair Bolsonaro à presidência. No mesmo

período, há também um aumento significativo no número de trabalhos que têm as mídias sociais como objeto de estudo.

Em relação aos procedimentos metodológicos adotados e descritos nos trabalhos, é possível perceber uma preocupação recente e crescente no rigor e na transparência dos procedimentos. Com o passar do tempo, há um aumento gradual no número de trabalhos que se utilizam de raspagem de dados e APIs para coleta das informações, os trabalhos que apresentam seção metodológica estão proporcionalmente mais frequentes e há uma tendência de alta, ainda que consideravelmente discreta, nos artigos que explicitam como lidam com a subjetividade das codificações, mitigando as carências metodológicas anteriormente apontadas por Marques e Miola (2018).

Conclusão

Este é um artigo inicial que apresenta análises descritivas e exploratórias dos dados coletados sobre comunicação e política. Em termos metodológicos, há várias boas notícias. Ao analisar os dados longitudinalmente, observamos um aumento no número de autores por artigo, o que evidencia maior colaboração na área. Além disso, o número de mulheres como primeiras autoras dos artigos também está em crescimento, chegando a ser maioria no evento de 2021. As seções metodológicas estão mais bem desenvolvidas, há uma aplicação mais consistente de estatística em métodos quantitativos e uma maior preocupação, desde 2018, com a confiabilidade da codificação de técnicas mais qualitativas. Os dados sugerem avanços menos significativos em termos de ferramentas para coleta e análise de dados, que apresentam maior atualização e sofisticação. No geral, o problema metodológico do campo parece ser consideravelmente menos desolador do que o apresentado por Marques e Miola (2018).

Provavelmente, o maior desafio elencado por esses e alguns outros autores, está na interdisciplinaridade do campo. Nossos dados evidenciam que ela de fato está florescendo ao longo dos eventos, porém certamente não numa velocidade adequada e a concentração de autores da Comunicação parece não apenas persistir, mas também aumentar.

Da mesma forma, as preocupações expressas por Albuquerque (2018) acerca da suposta incapacidade do campo de observar as ameaças à democracia parecem ser infundadas ou, no mínimo, exageradas. Os dados que temos disponíveis indicam que as rupturas democráticas vivenciadas no país e os ataques contra a democracia não passaram despercebidos pelos estudiosos da comunicação e da política. Tópicos

como populismo digital, extrema-direita, fake news, discurso do ódio e violência política, dentre outros, têm sido destacados nos últimos eventos.

Ainda são necessários testes e avaliações mais robustas, os quais pretendemos realizar em breve. Há, também, bastante espaço para incrementos na área, notadamente, em termos de mais interdisciplinaridade e em sofisticação das análises. Contudo, o campo não parece estar particularmente atrasado em relação aos seus vizinhos, nomeadamente Comunicação, Ciência Política e Ciências Sociais. De fato, tem demonstrado ser capaz de se atualizar temática e metodologicamente de maneira superior à medida dos outros. Em suma, não parece que o campo tenha parado em 1989, nem que tenha andado em círculos, nem que tenha sido incapaz de avaliar e dar respostas aos eventos políticos mais salientes dos últimos anos.

Finalmente, respondendo a Rubim e Azevedo (1998), mais de 30 anos depois, acreditamos que a interlocução interdisciplinar foi ampliada e consolidada, assim como possíveis descompassos foram relativamente bem evitados. Em resumo, a Comunicação e Política vai bem, obrigado.

Referências

ALBUQUERQUE, A. A Comunicação Política depois do Golpe: notas para uma agenda de pesquisa. **Compólitica**, v. 8, n. 2, p. 171–206, 2018.

ALBUQUERQUE, A.; RECUERO, R.; SANTOS JUNIOR, Marcelo A. Online communication studies in Brazil: origins and state of the art. **Online Media and Global Communication**, n. 0, 2023.

ALDÉ, A.; CHAGAS, V.; SANTOS, João Guilherme B. Teses e dissertações defendidas no Brasil (1992-2012): um mapa da pesquisa em comunicação e política. **Revista Compólitica**, v. 3, p. 7, 2013.

BARROS, A.; SILVA, L. A mídia como objeto de estudo da ciência política brasileira: análise da produção em periódicos qualificados. **Teoria & Sociedade**, v. 25, n. 2, 2017.

BUFREM, L.; PRATES, Y. O saber científico registrado e as práticas de mensuração da informação. **Ciência da Informação**, v. 34, n. 2, p. 9–25, 2005.

CAMPOS, L. A. **Atlas Digital das Ciências Sociais**. Disponível em: <<http://atlas.anpocs.com/>>.

FRANÇA, V. *et al.* Comunicação e Política: um mapeamento de autores/as e teorias que alicerçam essa área no Brasil. **Compólitica**, v. 8, n. 2, p. 5–40, 2018.

FRANÇA, V. Comunicação e política: edifica-se uma tradição? **Revista Eletrônica Compós**, 2000.

GOMES, W. **Transformação da política na era da comunicação de massa**. S. Paulo, Paulus, 2004.

GUAZINA, L. O CONCEITO DE MÍDIA NA COMUNICAÇÃO E NA CIÊNCIA POLÍTICA: DESAFIOS INTERDISCIPLINARES. **Revista Debates**, v. 1, n. 1, p. 49, 2007.

MACHADO, R. DAS N. Análise cientométrica dos estudos bibliométricos publicados em periódicos da área de biblioteconomia e ciência da informação (1990-2005). **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 12, n. 3, p. 2–20, 2007.

MARQUES, F.; MIOLA, E. 1989, o ano que não terminou: epistemologia e metodologia da pesquisa em Comunicação e Política no Brasil. **Comunicação e Sociedade**, v. 33, p. 107–128, 2018.

MIGUEL, L. F. Os meios de comunicação e a prática política. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, p. 155-184, 2002.

RUBIM, A. A. C.; AZEVEDO, F. A. Mídia e política no Brasil: textos e agenda de pesquisa. *Lua Nova*, São Paulo, 43, 189-216, 1998

SAMPAIO, R. et al. O campo da democracia digital brasileira: uma análise cientométrica de artigos publicados entre 1999 e 2020. **RBCP**, n. 37, p.1-38, 2022.

SAMPAIO, R.; LYCARIÃO, D. **Análise de Conteúdo Categorial**: Manual de Aplicação. Brasília: ENAP, 2021.

SARMENTO, R.; MASSUCHIN, M.; MENDONÇA, R. F. Comunicação e Política no Brasil: um panorama recente. *BIB*, v. 95, p. 1-39, 2021.

WEBER, M. H. Balizas do campo comunicação e política. **Tríade: Revista de Comunicação, Cultura e Mídia**, v. 8, n. 18, p. 6–48, 2020.